



002  
082P

Prefeitura Municipal de Canguçu  
Estado do Rio Grande do Sul  
**PORTARIA Nº 054/2019**

**“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, Lei 2239/2003;

**RESOLVE:**

**ART. 1º**- Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para esclarecer os fatos narrados no memorando nº 043/2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, conforme documentos anexos, parte integrante desta Portaria, envolvendo o Servidor Público Municipal **IGOR NEITZKE DA ROSA**, ocupante do cargo de motorista, matrícula nº 50385-1, em razão de possível descumprimento de obrigações previstas no inciso IX do artigo 169, ambos da Lei 2239/2003 .

**ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.

**ART. 3º** - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 319/2018, de 19.12.2018, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **RODRIGO THOMPSEN LARANGEIRA**, Advogado, matrícula nº 8911-7, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, a qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.

**ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
CANGUÇU/RS, 07 DE FEVEREIRO DE 2019.

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

**ELIEZER JORGE TIMM**  
Chefe de Gabinete do Prefeito



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

PREFEITURA MUNICIPAL  
CANGUÇU - RS

31 AGO 2019

*Almeida 14:50h*  
GABINETE DO PREFEITO

**SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA**  
**RELATÓRIO DA COMISSÃO**

Senhor Prefeito Municipal,

A Comissão de Processo e Sindicância Administrativa designada para apurar os fatos apontados na Portaria nº 054/2019, envolvendo o servidor estatutário detentor do cargo de motorista, Igor Neitzke da Rosa, em razão de suposto descumprimento de deveres funcionais, previstos pelo Estatuto Municipal, vem apresentar o relatório final nos termos a seguir expostos:

**PRELIMINARMENTE:**

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, não havendo prejuízo, exceto a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida, situação que nem ocorreu no caso concreto.

Convém mencionar que intimado para apresentar defesa final, o servidor indicou a oitiva de testemunhas, anexou CD relativo a um diálogo entre ele e o Secretário da Pasta, defendendo-se no mérito, em síntese, pela regularidade de seu agir, seja no que toca a utilização do ar-condicionado no carro, uso do celular e da buzina.

**DOS FATOS APURADOS E DA PROVA:**

Da análise do conjunto probatório, concluímos pela responsabilização do servidor posto que, no que tange as questões de utilização de ar-condicionado e uso da buzina, de fato parecem cair no âmbito da conveniência de seu agir, dentro das atribuições de seu cargo, não merecendo sequer a discussão da ocorrência ou não de tais fatos, uma vez que, em tese, não configurariam conduta passível de penalidade administrativa.

Porém, o próprio servidor admite, corroborando demais relatos, de que fazia uso, ainda que esporadicamente, do aparelho celular enquanto dirigia o veículo. Em que pese o argumento de que praticou tal fato em um período de enfermidade da família, ainda que lamente-se em muito tal situação, o servidor deveria ter parado o veículo e atendido o celular, posto tratar-se de



conduta descrita como infração gravíssima junto ao Código de Trânsito Brasileiro, conforme transcrição:

*LEI Nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro:*

*Art. 252. Dirigir o veículo:*

*(...)*

*VI - utilizando-se de fones nos ouvidos conectados a aparelhagem sonora ou de telefone celular;*

*Infração - média;*

*Penalidade - multa.*

*(...)*

*Parágrafo único. A hipótese prevista no inciso V caracterizar-se-á como infração gravíssima no caso de o condutor estar segurando ou manuseando telefone celular.*

É imperioso mencionar a importância do cargo de motorista e a responsabilidade que dele decorre, visto que possui vidas sob sua guarda e proteção, não tendo o servidor em questão agido da forma que adequadamente se espera de um motorista profissional.

Assim, deve o mesmo sofrer pena de advertência verbal, diante do comportamento apresentado, conforme Art. 174 I da Lei nº 2239/03 – Estatuto dos Servidores Público de Canguçu, abaixo transcrita:

**Art. 174: São penalidades disciplinares, na ordem crescente de gravidade:**

**I – advertência verbal;**

Acreditando ter cumprido o que nos foi determinado, colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos se assim entender necessário.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

Canguçu, 26 de Agosto de 2019.

Rodrigo T. Lorangeira  
Presidente da Comissão

Katiane Pedroso  
Membro da Comissão

Carem Quintana  
Secretaria da Comissão

At. Administração  
- p/ arquivo, visto  
que o servidor não  
advertido em  
12/02/2020

Recebido  
12/07/20  
J. N.  
da 12ª

DE  
COM  
PARCELAR  
COMISSÃO  
02/09